



unesco

**Contrata
Consultor
na modalidade
Consultor Individual**

PROJETO 914BRZ1115 EDITAL Nº 06/2025

1. Perfil: Especialista em direito público ou administrativo ou gestão pública ou administrativa para realizar estudo que subsidiem a DIGAP no redesenho de normas e práticas

2. Nº de vagas: 3 vagas

3. Qualificação educacional: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito e Certificado de pós-graduação em nível de especialização em algum dos seguintes cursos: direito público ou administrativo ou gestão pública ou administrativa, fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

4. Experiência profissional: Obrigatória Experiência profissional mínima de 04 (quatro) anos em atividades relacionadas a área de formação, no âmbito público ou privado, comprovadas por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado; Obrigatória Experiência profissional mínima de 04 (quatro) anos em elaboração e revisão de documentos jurídicos e/ou pareceres e/ou minutas de normativos ou regulamentos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado. Obrigatória experiência profissional de 03 (três) anos em usabilidade de sistemas informatizados no âmbito da administração pública, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado. Desejável experiência profissional mínima de 2 anos em acompanhamento de políticas públicas educacionais, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado. Desejável experiência profissional mínima de 2 anos de atuação em análise e interpretação de dispositivos legais, regulamentos e normativos que regem a execução de programas educacionais.

5. Atividades:

Consultor 1: Atividade 1: Realizar estudo avaliativo, com base nos normativos correlatos, acerca do processo de repactuação de obras educacionais inacabadas, no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica, com intuito de verificar a adequação dos fluxos procedimentais sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST, para assegurar a celeridade quanto à efetiva retomada das edificações escolares.

Atividade 2: Mapear dados e realizar análise sobre as solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Norte, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023.

Atividade 3: Levantar dados e promover análise acerca das solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Nordeste, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023.

Atividade 4: Mapear dados e efetuar análise referente às solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Sul e Centro-Oeste, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023.

Atividade 5: Realizar levantamento de dados e análise relativa às solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Sudeste, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023.

Atividade 6: Elaborar estudo avaliativo acerca dos resultados obtidos em razão do processo de retomada de obras inacabadas, instituído por meio do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de

Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica, incluindo análise de possíveis reflexos no cumprimento de metas relacionadas à educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE, considerando as regiões geográficas do país.

Consultor 2: **Atividade 1:** Realizar estudo acerca das transferências discricionárias efetuadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas ao ensino infantil, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE. **Atividade 2:** Promover avaliação quanto às transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas ao ensino fundamental, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE. **Atividade 3:** Efetuar análise acerca das transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas ao ensino médio, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE. **Atividade 4:** Elaborar estudo referente às transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas à educação escolar indígena e quilombola, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE. **Atividade 5:** Analisar os processos de trabalho referentes à implementação da assistência técnica e financeira prestada por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, com vistas ao aprimoramento das atividades pertinentes à execução de iniciativas de infraestrutura física escolar, sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST. **Atividade 6:** Propor, a partir da análise dos processos de trabalho existentes, a edição/revisão de normativos aplicáveis à assistência técnica e financeira prestada pelo FNDE no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR, voltada à expansão da infraestrutura física da rede escolar, com intuito de proporcionar melhor desempenho da missão do FNDE no alcance de metas e estratégias do Plano Nacional de Educação - PNE.

Consultor 3: **Atividade 1:** Realizar o levantamento detalhado dos valores investidos e pagos no primeiro semestre de 2023 e 2024 pelos Estados, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) e do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), por meio dos sistemas gerenciais do governo federal. **Atividade 2:** Analisar e comparar os valores pagos e investidos entre o primeiro semestre de 2023 e o mesmo período de 2024. **Atividade 3:** Identificar e explicar as variações nos repasses e na execução financeira entre os dois exercícios, considerando fatores contextuais, econômicos e operacionais. **Atividade 4:** Pesquisar e identificar alterações legais e normativas ocorridas entre 2023 e 2024 que possam ter impactado os repasses financeiros e a execução dos programas PAR e PAC nos Estados envolvidos. **Atividade 5:** Avaliar como essas mudanças influenciaram as variações nos investimentos e nos pagamentos realizados. **Atividade 6:** Sugerir possíveis ajustes normativos ou administrativos que possam melhorar a eficiência dos repasses e a execução dos programas nos Estados analisados.

6. Produtos/Resultados esperados:

Consultor 1 - Documento técnico A contendo estudo acerca do arcabouço legal atinente ao processo de repactuação de obras educacionais inacabadas, no escopo do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica, com intuito de verificar a adequação dos fluxos procedimentais sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST, para assegurar a celeridade quanto à efetiva retomada das edificações escolares. **Documento técnico B** contendo levantamento de dados e análise acerca das solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Norte, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023, para fins de avaliação do alcance da respectiva política pública. **Documento técnico C** contendo mapeamento de dados e análise sobre as solicitações de repactuação apresentadas no âmbito

da Região Nordeste, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023, para fins de avaliação do alcance da respectiva política pública. **Documento técnico D** contendo levantamento de dados e análise relativa às solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Sul e Centro-Oeste, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023, para fins de avaliação do alcance da respectiva política pública. **Documento técnico E** contendo mapeamento de dados e análise referente às solicitações de repactuação apresentadas no âmbito da Região Sudeste, em virtude do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica e Profissionalizante, instituído pela Lei nº 14.719, de 1º de novembro de 2023, para fins de avaliação do alcance da respectiva política pública.

Consultor 2 - Documento técnico A contendo análise atinente às transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas ao ensino infantil, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE. **Documento técnico B** contendo estudo avaliativo acerca das transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas ao ensino fundamental, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE. **Documento técnico C** contendo avaliação pertinente às transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas ao ensino médio, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE. **Documento técnico D** contendo estudo analítico sobre as transferências discricionárias realizadas pelo FNDE, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, destinadas à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar relacionadas à educação escolar indígena e quilombola, com o objetivo de avaliar impactos para o alcance das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica, previstas no Plano Nacional de Educação - PNE. **Documento técnico “E”** contendo análise dos processos de trabalho referentes à implementação da assistência técnica e financeira prestada por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR, com vistas ao aprimoramento das atividades pertinentes à execução de iniciativas de infraestrutura física escolar, sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST.

Consultor 3 - Documento técnico A contendo levantamento dos valores investidos e pagos referente ao segundo trimestre do exercício corrente, dos Estados de Rio Grande do Norte (RN) e Pernambuco (PE), por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2023, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados. **Documento técnico B** contendo levantamento dos valores investidos e pagos referente ao terceiro trimestre do exercício corrente, dos Estados de Paraíba (PB), Paraná (PR) e Bahia (BA), por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2023, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados. **Documento técnico C** contendo levantamento dos valores investidos e pagos referente ao quarto semestre do exercício corrente, dos Estados de Mato Grosso (MT), Santa Catarina (SC) e Mato Grosso do Sul (MS), por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2023, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados. **Documento técnico D** contendo levantamento dos valores investidos e pagos referentes ao segundo trimestre do exercício corrente, dos Estados de Goiás (GO), Minas Gerais (MG) e São Paulo (SP) por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2024, identificando

eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados. **Documento técnico E** contendo levantamento dos valores investidos e pagos referentes ao terceiro trimestre do exercício corrente, dos Estados de Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS) e Espírito Santo (ES), por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2024, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados.

7. Local de Trabalho: Brasília - DF

8. Duração do contrato: 08 meses¹

9. A contratação será efetuada mediante processo seletivo simplificado composto de 3 (três) etapas. A seleção será conduzida por comissão específica. A comissão será formada, preferencialmente, por no mínimo 3 (três) participantes, podendo ser 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

9.1 Análise curricular:

- a) Nesta etapa será realizada somente a análise curricular;
- b) Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital;
- c) Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital;
- d) Somente serão aceitos currículos submetidos em português do Brasil;
- e) Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados. Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- f) Candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Comissão de Seleção. Serão entrevistados até o triplo de candidatos em relação ao número de vagas; salvo se houver empate nesta fase, caso em que poderão ser entrevistados além do triplo;
- g) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item “TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO” do Termo de Referência, vinculado a este Edital.

9.2 Entrevista:

- a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação na etapa da análise curricular. Serão entrevistados até o triplo de candidatos em relação ao número de vagas; salvo se houver empate nesta fase, caso em que poderão ser entrevistados além do triplo;
- b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de entrevista é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;
- c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo padrão;
- e) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

9.3 Análise documental/Convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;

¹ O prazo máximo para encerrar o contrato será até 30/12/2025.

- b) A habilitação para fins de contratação é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado nesta fase, este fato deverá ser formalizado e enviado à comissão de seleção;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos mínimos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

9.4 Critérios de desempate:

Em caso de empate na pontuação final, terá preferência o candidato que obtiver a maior pontuação no item 3 da entrevista: "Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR". Persistindo o empate, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato com:

- a) Tiver obtido a maior pontuação na experiência profissional em atividades relacionadas a área de formação, no âmbito público ou privado;
- b) Tiver obtido a maior pontuação na experiência profissional de atividades de elaboração e revisão de documentos jurídicos e/ou pareceres e/ou minutas de normativos ou regulamentos; e
- c) Tiver obtido a maior pontuação na experiência profissional em atividades relacionadas a usabilidade de sistemas gerenciais do governo federal.

10. Recursos e questionamentos:

Eventuais questionamentos ou recursos relacionados aos resultados deverão ser encaminhados para o e-mail prododdigap@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

11. Disposições gerais:

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013, sobre conflito de interesse.

Os interessados deverão cadastrar o Currículo e submeter sua candidatura na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) do dia 17/04/2025 até o dia 23/04/2024. Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital.